

**REFERÊNCIA:** Projeto de Lei nº 204/2025

**AUTOR:** Deputado LEO BARBOSA

**ASSUNTO:** Institui a Oficina Ortopédica Itinerante no âmbito do Estado do Tocantins e dá outras providências

**RELATOR:** Deputado MARCUS MARCELO

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO**

**PARECER**

**I – RELATÓRIO**

Vem a esta Comissão para exame, de autoria do Deputado LEO BARBOSA, o Projeto de Lei nº 204/2025, que “Institui a Oficina Ortopédica Itinerante no âmbito do Estado do Tocantins e dá outras providências”.

Aduz o autor que o presente Projeto de Lei tem por finalidade instituir, no âmbito do Estado do Tocantins, a Oficina Ortopédica Itinerante, com o objetivo de ampliar o acesso da população aos serviços de reabilitação física, por meio da entrega descentralizada de órteses, próteses e meios auxiliares de locomoção. Trata-se de uma iniciativa estratégica para assegurar a efetividade do direito à saúde e à dignidade da pessoa humana, especialmente para pessoas com deficiência ou em processo de reabilitação motora, residentes em áreas de difícil acesso.

A proposição foi encaminhada a esta Comissão de Constituição, Justiça e Redação, a quem compete à análise do aspecto constitucional, legal, jurídico, regimental e técnica legislativa, para efeito de admissibilidade e tramitação, nos termos do artigo 46, inciso I, do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins.

É o relatório.

**II – VOTO**

Embora seja uma matéria de extrema importância, no momento em que compele instituir oficina ortopédica itinerante com o objetivo de ampliar o acesso da população aos serviços de reabilitação física, por meio da entrega descentralizada de órteses, próteses e meios auxiliares de locomoção, também

cria obrigações para o Poder Executivo, matéria reservada exclusivamente para o Governador do Estado, nos termos das alíneas "b" e "f", II, § 1º artigo 27, da Constituição Estadual.

No âmbito estadual, cabe exclusivamente ao Poder Executivo a criação de obrigações em benefício da população e serviços nas diversas áreas de gestão, envolvendo os órgãos da Administração Pública, violando o princípio da separação de poderes.

A edição de normas que atribuem competências a órgãos da Administração Pública, que demandam o empenho de servidores e recursos do Estado, estampando comandos de autêntica gestão administrativa, como pretende a propositura, constitui atividade que se insere no âmbito de atuação do Poder Executivo, inclusive por abranger aspectos de ordem técnica e operacional.

Portanto, reconhecida a inconstitucionalidade da matéria que cria Oficina Ortopédica Itinerante, por vício de natureza formal e as ações já desenvolvidas pelas Secretarias afins, impedindo, assim, sua regular tramitação.

Ante o exposto, e por apresentar vício insanável de iniciativa, **VOTO** pela **REJEIÇÃO** do Projeto de Lei nº **204/2025**, por manifesta inconstitucionalidade.

**É o PARECER.**

Sala das Comissões, em 05 de agosto de 2025.



Deputado **MARCUS MARCELO**

Relator



**ESTADO DO TOCANTINS  
PODER LEGISLATIVO**

**DESPACHO**

A Comissão de Constituição, Justiça e Redação aprovou, o Parecer do(a) Relator(a) Senhor(a) Deputado(a) MARCUS MARCELO, referente ao(a) PL nº 204 / 2025

OBS: \_\_\_\_\_

Encaminhe-se(a)(ao) ARQUIVO.

Sala das Comissões, 23 de Setembro de 2025

  
Deputado **VALDEMAR JÚNIOR**  
Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Redação.

**MEMBROS EFETIVOS**

Dep. VALDEMAR JÚNIOR (x)	Dep. JORGE FREDERICO ( )
Dep. LEO BARBOSA ( )	Dep. OLYNTHO NETO ( )
Dep. CLAUDIA LELIS ( )	Dep. PROF. JÚNIOR GEO (x)
Dep. GUTIERRES TORQUATO ( )	Dep. GIPÃO ( )
Dep. MOISEMAR MARINHO (x)	Dep. MARCUS MARCELO ( )

**MEMBROS SUPLENTE**